



Professores aprendem auto-avaliação

por Helena Mendonça. Fotografia Ricardo Meireles

A avaliação das escolas centra-se essencialmente na análise dos resultados do trabalho de alunos e professores, traduzidos depois em rankings e estatísticas de (in)sucesso. Trata-se de uma prestação de contas à sociedade fundamental, mas que nem sempre traduz a diversidade de problemas e potencialidades de cada estabelecimento nem contribui grandemente para a melhoria do ensino. A par da recolha de informação para satisfazer os quesitos legais da avaliação externa, deve desenvolver-se uma cultura de auto-avaliação, que permita uma reflexão profunda e contínua sobre o trabalho e o papel de todos e de cada um. Esta é a aposta de um projecto de investigação, coordenado por Manuela Terrasêca, com vista a criar mecanismos de auto-reflexão indutores da mudança no interior da escola.

Enquanto os sindicatos e o Ministério da Educação tentam ultrapassar as divergências e os conflitos que os opuseram durante anos devido ao modelo de avaliação, cerca de meia centena de professores prossegue um longo e persistente trabalho de reflexão e auto-avaliação, iniciado em 2007. Tudo o que se relacione com a missão da escola e o projecto de ensino está a ser discutido criticamente na tentativa de verificar os efeitos no sucesso ou insucesso educativo.

Não se trata do germinar de mais uma contestação ao sistema de avaliação. Longe disso. Trata-se, antes de mais, de um novo patamar de observação do funcionamento das escolas que, não pondo em causa nem rejeitando as avaliações externas em curso, se assume como um «movimento de contra-corrente à lógica de “prestação de contas”» traduzida em resultados visíveis e estatísticos. Assim define Manuela Terrasêca os objectivos do projecto de investigação-intervenção que coordena, intitulado «Auto-avaliação em agrupamentos: relação com qualidade e melhoria da educação», financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e desenvolvido no Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCE/UP). «A avaliação deve ser mobilizada não apenas como instrumento de recolha de informações para se produzir um juízo de valor, mas também, e sobretudo, como um dispositivo para desenvolver a reflexão e a auto-análise profundas sobre o trabalho em curso, de tal maneira que seja possível alterar o que está mal e investir no que já é bom», sintetiza a responsável. A equipa de dez investigadores conseguiu reunir um grupo de 47 professores de mais de 30 escolas de quatro agrupamentos (conjunto de estabelecimentos de ensino de diversos ciclos, agregados numa mesma unidade de gestão, com vista à optimização de recursos) da região norte em redor de um procedimento de que a classe dos professores, tal como os demais sectores profissionais, tem pouca ou nenhuma experiência. «Não existe uma cultura de auto-reflexão nas nossas escolas», admite a especialista em Educação. «Não quer dizer que as pessoas não reflectam, mas não estão habituadas a fazê-lo conjuntamente, como grupo profissional». Fazer auto-avaliação ou auto-vigilância de acções e procedimentos seja na vida privada, seja na vida profissional é tarefa hercúlea, sem dúvida, sobretudo quando normas cristalizadas ditam que sejam os outros a definir aquilo que os indivíduos e os grupos fazem de melhor e de pior. E porque auto-avaliar exige conhecimento, há que aprender e criar meios para o fazer. Que melhor sítio para encetar esta empreitada do que o universo escolar?

A cada um a sua qualidade

O projecto de investigação liderado por Manuela Terrasêca visa quebrar rotinas, questionar procedimentos dados como adquiridos e construir dispositivos capazes de desencadear a reflexividade de que hoje tanto se fala. Os quatro grupos de professores dos vários ciclos, constituídos nos agrupamentos em torno da pesquisa, têm vindo a ensaiar essa nova forma de olhar a profissão e basta conhecer algumas das tarefas e objectivos que cada um definiu para perceber quantas dificuldades e «vícios» será preciso vencer. «Hábitos de diálogo e reflexão interna», uma «cultura de auto-avaliação contínua e sistemática» e uma «maior confiança social» no funcionamento do sistema educativo são aspectos que estes núcleos de trabalho experimental procuram adquirir com vista a construir modelos e ferramentas que possibilitem o auto-conhecimento que, em última análise, contribuam para a melhoria da qualidade do sistema educativo. As dificuldades começam, desde logo, por definir o conceito de qualidade no ensino nesta nova perspectiva. É que se o sistema de avaliações externas, imposto pela administração central, apresenta uma definição única e restrita, à sombra da qual se desencadeiam mecanismos e critérios de observação e avaliação iguais para todas as escolas, num patamar de auto-avaliação esse conceito será construído de acordo com os contextos, os problemas e as potencialidades de cada realidade escolar. Num país feito de grandes disparidades sociais, aquilo que é qualidade numa escola de um meio social e económico elevado não é seguramente a mesma de uma outra inserida em bairros sociais. Por isso é que os rankings, divulgados anualmente, dizem muito pouco sobre a

qualidade das escolas e ainda menos sobre o trabalho invisível que muitos professores desenvolvem em contextos sociais de grande carência e que urge incentivar e/ou corrigir.

Manuela Terrasêca descreve-nos um caso abstracto, «mas que resulta de situações concretas». Imagine-se uma escola, situada num meio social, económico e cultural muito carenciado, em que o pai está preso, a mãe faleceu e a criança vive com a avó. «Não é uma situação singular, por vezes este é o quadro da quase totalidade da população da uma escola», conta a investigadora, para logo em seguida questionar: «Já viu o que é trabalhar em prol da assiduidade? Às vezes as crianças não vão às aulas porque não têm ninguém que as acorde e quando acordam já são dez da manhã, já faltaram a duas aulas, acham que já nem vale a pena ir, nem estão mobilizadas para isso». O que pode significar a qualidade num contexto em que situações destas se multiplicam centenas ou milhares de vezes? Muito provavelmente será conseguir que estas crianças se levantem de manhã, se arranjem e cheguem à primeira aula do dia a horas. Uma vitória que poderá ser o início de outras mudanças na relação da criança com a escola, mas que resulta quase sempre de um processo moroso, de avanços e recuos e de um enorme desgaste por parte dos responsáveis educativos. Os rankings não dão, nem podem dar, conta destas conquistas. Perante este panorama, argumenta ainda a investigadora, fazer recair sobre os professores, que diariamente combatem estas realidades adversas, a «culpa» dos maus resultados estatísticos, estampados nas tabelas dos rankings, «é de uma gravidade e injustiça imensas, simplesmente porque o resultado desse esforço não é visível». Manuela Terrasêca assinala, aliás, que a exemplo do que aconteceu noutros países europeus, a divulgação dos rankings, tal como é efectuada actualmente, através da comunicação social e sem qualquer explicação sobre o contexto de cada resultado, «está a ter efeitos muito, muito negativos pela discriminação a que sujeitam as escolas públicas». Ou seja: «a qualidade não pode ser uma definição externa, estandardizada. Com ela estamos a reduzir à não qualidade mais de 50 por cento da população».

Dois tempos, duas medidas

Serve tudo isto para demonstrar que urge introduzir, na visão dos investigadores, outro modo de olhar e de avaliar, sustentado em critérios de qualidade discutidos e definidos no interior de cada escola e agrupamento, que em lugar de se centrar nos resultados da actividade escolar procure acompanhar a vida quotidiana de professores e alunos. Não com o intuito de substituir ou prevalecer sobre o sistema de avaliação externa, mas para decorrer em paralelo, numa lógica diversa, deixando emergir o lado invisível do sistema educativo.

A coordenadora do projecto de investigação faz questão de sublinhar diversas vezes, durante a conversa com a nm, a importância das avaliações externas no controlo de notas ou da assiduidade. «Sou totalmente a favor da prestação de contas das escolas à Inspeção Geral de Educação ou às direcções regionais, mas defendo que, paralelamente, se introduza esta dimensão formativa da avaliação». Não há incompatibilidade entre os dois sistemas, assegura. A recolha de informação para satisfazer as exigências legais poderia até constituir-se como um momento de interrupção e de balanço dessa actividade de auto-reflexão, contribuindo para disciplinar alguma tendência para a dispersão que este procedimento por vezes proporciona. No entanto, lembra a especialista, «este projecto procura assumir-se como um processo de resistência e de contra-corrente a esta procura quase insana de estar permanentemente a julgar as pessoas sem dar tempo à reflexão e à recuperação».

Considerando que o produto da educação não tem efeitos imediatos nem é facilmente perceptível - «se calhar, estou agora a sentir na minha vida, efeitos da minha formação de há 40 anos» - a especialista defende, em suma, um sistema de avaliação a dois tempos: o do «tempo cronometrável», baseado no controlo dos resultados visíveis e objectivos e a do «tempo biológico», contínuo, «o tempo da vida», menos objectivo e mais “intersubjectivo”, aquele que melhor contribui para a «transformação de si» e para a revalorização dos papéis de cada um no processo educativo. Um dos resultados do estudo tem sido a verificação que entre a actividade lectiva e o cumprimento das exigências legais e burocráticas não resta muito tempo aos docentes para a reflexão e a discussão. «Os professores vivem permanentemente numa lógica de recolha de informação, não lhes resta tempo para mais nada», observa Manuela Terrasêca, sugerindo o alargamento da periodicidade das avaliações que possibilite um trabalho interno nas escolas e nos agrupamentos. O próprio projecto de investigação se tem ressentido desta limitação.

Outro problema reside na dificuldade de envolver os encarregados de educação e a comunidade no acto educativo. Para a investigadora, o alargamento do horário escolar se, por um lado, veio resolver o problema de muitas famílias, por outro, acentuou a escola como repositório, substituindo-se ainda mais ao papel da família. «Muitos encarregados de educação não colaboram porque não têm disponibilidade, deixando a escola com a missão impossível de ser a grande educadora nos campos científicos específicos, mas também no campo das relações pessoais, afectivas, de educação sexual, de formação em saúde, segurança rodoviária...»

O projecto de investigação irá prosseguir este trabalho de reflexão contínua, mas outro deverá suceder-lhe com vista a alargar o número de participantes e a aprofundar os modelos entretanto desenvolvidos pelos quatro grupos de professores. Embora funcionando a velocidades diferentes uns dos outros - ora com avanços, ora com recuos, muitas dúvidas e várias ideias – o importante para a coordenadora é que estão a ser produzidos modelos e ferramentas de trabalho que ajudarão os docentes a pensar e a encontrar respostas para os problemas concretos com que se deparam diariamente. Não menos importante para Manuela Terrasêca será o contributo dos processos de auto-avaliação para que os professores recuperem a «importância de si», contrariando a tendência da última década para a «alienação, desvalorização e desapossamento» do seu papel.

Ficha técnica do projecto de investigação

Pesquisa: Auto-avaliação em agrupamentos: relação com qualidade e melhoria da educação.

Área científica: Ciências da Educação.

Instituição: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCE/UP)

Financiamento FCT: 102 952 Euros.

Equipa: Manuela Terrasêca (coordenadora), João Caramelo, Manuel dos Santos e Matos, José Tormenta, Rosália Rocha, Maria da Conceição Paulino, Anabela Pinto Sousa, Susana Correia Mourão, José da Silva Paulino, Carina Coelho.